temporários, deverão obter deliberação expressa do gestor máximo desta FSCMP para sua liberação. O afastamento poderá ocorrer até 03 (três) vezes por ano, em período não superior a 7 (sete) dias em cada evento.

2º. O servidor deverá preencher o requerimento padrão e dar entrada na GEDP no prazo mínimo de 45 (quarenta e cinco) dias de antecedência, da data do início do afastamento pleiteado, anexando a programação oficial do evento ou curso.

Art. 69. Ao reassumir suas atividades, pós capacitado, o servidor beneficiado poderá ser considerado apto a atuar como facilitador da instituição, junto à Gerência de Desenvolvimento de Pessoas GEDP, podendo ser convocado para ministrar in loco, sem ônus, palestras, cursos e treinamentos que tenham como partícipes servidores desta Fundação, alunos da graduação e médicos residentes.

Parágrafo Único. Não poderão receber remuneração adicional as atividades de ensino e pesquisa desempenhadas por servidor ocupante de cargo que possua esta atribuição estabelecida na lei da FSCMP, porém serão reconhecidos com certificado de facilitador.

Art. 70. São condições necessárias à autorização para a participação em eventos ou cursos com ônus para a Instituição: Que haja vinculação entre o evento, a área de conhecimento e a atividade desenvolvida pelo servidor na FSCMP;

Parágrafo Único. o servidor deverá informar na solicitação do evento o tempo total de afastamento, levando-se em consideração o período de deslocamento, quando houver.

Art. 71. O afastamento do servidor somente poderá ser efetuado após a comunicação do deferimento do seu pleito, feito pela gerência do setor a qual o mesmo encontra-se vinculado e GEDP, que avaliará o interesse institucional; Para assegurar a regularidade da prestação do serviço, o número de profissionais da mesma categoria, lotados no mesmo setor, não poderá ultrapassar o limite de 5% e os afastamentos não poderão resultar na necessidade de plantão extra;

Art. 72. Em caso de curso que implique em concessão de diárias, o servidor deverá encaminhar no prazo máximo de 05 (cinco) dias após o término do período de afastamento, o relatório de viagem anexando o bilhete da passagem e o comprovante de comparecimento ao evento (crachá, declaração) à Gerência de Contabilidade – GCON. O certificado deverá ser entregue obrigatoriamente com um prazo máximo de 30 (trinta) dias, como comprovante de participação no evento na GEDP.

1º. Deverá ser entregue junto com o certificado do referido evento o relatório de plano de ação a ser desenvolvido na instituição, coadunado com a especificidade de cada evento.

2º. O não cumprimento ao disposto neste capítulo resultará no registro de faltas injustificadas, desconto em folha de pagamento, perda da gratificação de desempenho institucional, impossibilidade de autorização para liberação na participação de novos cursos e penalidades administrativas cabíveis.

3º. A Gerência de Desenvolvimento de Pessoas – GEDP deverá exercer o controle efetivo dos servidores autorizados com apreciação conjunta da Diretoria de Ensino e Pesquisa, elaborando relatório semestral.

4º. Os casos especiais serão submetidos à apreciação deliberação da Presidência da FSCMP.

CAPÍTULO XIV

DA PARTICIPAÇÃO EM LICENÇA ESTUDO

Art. 73. A liberação para licença estudo, bem como, a concessão de diárias e passagens deverão obedecer aos critérios de meritocracia avaliados através da ficha funcional do servidor, somados aos resultados obtidos através da gestão por competência, que deverá atender às necessidades da Instituição de desenvolver a educação continuada em setores de relevante importância para a FSCMP.

Parágrafo Único. O servidor deverá encaminhar o requerimento via PAE e dar entrada no prazo mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência da data inicial do curso, anexando o comprovante de inscrição no processo seletivo e a programação oficial do curso.

Art. 74. São condições necessárias a autorização de afastamento para participação em cursos da licença estudo:

1º. O afastamento do servidor somente poderá ser efetuado após publicação do ato.

2º. O afastamento do servidor somente poderá ser efetuado após a solicitação via PAE, feito pela gerência do setor a qual o mesmo encontra-se vinculado, que avaliará o interesse institucional devidamente validada pela GEDP.

3º. No caso da licença com ônus, o servidor deverá assinar termo de compromisso de que permanecerá em serviço na FSCMP por um período igual ou superior ao do afastamento para a realização do curso, sob pena de ressarcimento em 100% do valor investido, aos cofres públicos.

4º. É vedado o afastamento ao servidor em estágio probatório ou com vínculo decorrente de contrato temporário.

5º. O servidor afastado é obrigado a encaminhar relatórios semestrais assinados pelo sua gerência à GED.

Art. 75. É proibida a utilização da Instituição para ministrar cursos e estágios que não sejam regulamentados e autorizados pela GEDP e Diretoria de Ensino e Pesquisa e Extensão- DEPE.

Art. 76. No prazo de 30 (trinta) dias após o término do período de afastamento concedido, o servidor deverá apresentar à GEDP comprovante de conclusão do curso mediante a apresentação da ata de defesa, bem como o relatório final, e que deverão ser encaminhados à Gerência de Gestão de Pessoas e DEPE.

1º O servidor afastado obrigará-se a apresentar cópia do diploma assim que for liberado pela instituição promotora a GEDP;

2º A GEDP deverá encaminhar à Diretoria de Ensino e Pesquisa relatório semestral da participação dos servidores em cursos de pós-graduação;

Art. 77. Os casos especiais serão submetidos à apreciação conjunta da GEDP, DEPE, da Diretoria e Gerência ao qual esteja vinculado o servidor, e posterior deliberação da Presidência.

CAPÍTULO XV

DA PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADE EXTERNA

Art. 78. A critério da Administração da FSCMP o servidor poderá representar a Instituição em atividades externas, encaminhados pela Gestão, recebendo a autorização para afastar-se sem prejuízo de remuneração, única e exclusivamente, a serviço da instituição, devidamente autorizado.

Art. 79. Nos casos em que o servidor for encaminhado a participar dessas atividades fora da FSCMP, a GEDP deverá receber o documento devidamente preenchido e autorizado pela gerência e diretoria imediatas.

Parágrafo Único. No retorno da atividade a GEDP e o GAPE deverão ser informados para fins de justificativa, no prazo de até 72 (setenta e duas) horas do evento, anexando o documento que comprove atividade externa em questão (crachá, declaração, certificado).

Art. 80. Os casos omissos serão decididos pela Diretoria Colegiada.

Art. 81. Revogam-se as disposições em contrário expedidas no âmbito da FSCMP.

Art. 82. O descumprimento desta Instrução Normativa, ensejará a abertura de Processo Administrativo Disciplinar e a aplicação de penalidades de acordo com a gravidade da infração.

Bruno Mendes Carmona
Presidente da FSCMP

Protocolo: 531309

TORNAR SEM EFEITO

PORTARIA Nº 182/2020 – GAPE/GP/FSCMP, DE 03 DE MARÇO DE 2020.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Decreto do dia 02/05/2019, publicado no DOE nº 33.864, CONSIDERANDO o termos da tramitação através do Processo nº 2020/174098;

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO, a Errata, publicada no DOE nº 34.131, de 02/03/2020, referente a nomeação da servidora MARIA DE NAZARÉ LEÃO DE CASTRO.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Belém – PA, 03 de março de 2020.

BRUNO MENDES CARMONA

Presidente da FSCMP

Protocolo: 531342

PORTARIA Nº 182/2020 – GAPE/GP/FSCMP, DE 03 DE MARÇO DE 2020.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Decreto do dia 02/05/2019, publicado no DOE nº 33.864, CONSIDERANDO o termos da tramitação através do Processo nº 2020/174098;

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO, a Errata, publicada no DOE nº 34.131, de 02/03/2020, referente a nomeação da servidora MARIA DE NAZARÉ LEÃO DE CASTRO.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Belém – PA, 03 de março de 2020.

BRUNO MENDES CARMONA

Presidente da FSCMP

Protocolo: 531348

OUTRAS MATÉRIAS

PORTARIA Nº 190/2020 – GAP/FSCMP

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Decreto do dia 02/05/2019, publicado no DOE nº 33.864, CONSIDERANDO o disposto no Art. 175, da Lei nº .5810, de 24 de janeiro de 1994;

CONSIDERANDO o disposto no Ofício nº 0599/2019, de 16/12/2019, processo nº 2019/635890;

CONSIDERANDO ata de eleição e posse, lavrados em 06/12/2019.

R E S O L V E:

CONCEDER à servidora MARILENE PEREIRA DAMASCENO, matrícula nº 5173566/011, ocupante do cargo Agente de Saúde, Licença para Atividade Classista, no período de 15/12/2019 a 13/12/2023, para atuar no cargo de Vice Presidente do Sindicato dos Profissionais de Enfermagem, Técnicos, Duchistas, Massagistas e Trabalhadores em Hospitais e Casas de Saúde do Estado do Pará-SINTHOSP.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Belém – PA, 04 de março de 2020.

BRUNO MENDES CARMONA

Presidente da FSCMP

Protocolo: 531174

PORTARIA Nº 184/2020 – GAPE/GP/FSCMP, DE 03 DE MARÇO DE 2020.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Decreto do dia 02/05/2019, publicado no DOE nº 33.864, CONSIDERANDO o disposto no art. 137, §1º, alínea "a" da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994, e Instrução Normativa nº 001/16, de 31/05/2016, publicada no DOE nº 33.138, de 01/06/2016;